



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA

14.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

1 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

SUMÁRIO

- » [PREVENIR É MELHOR! – O Popular](#)
- » [O GUARDA-COSTAS DA VIÚVA – O Popular](#)
- » [FGTS FICOU SOMENTE MENOS INADEQUADO – Folha de São Paulo](#)
- » [ESCRITO NAS ESTRELAS – Folha de São Paulo](#)
- » [A FALÁCIA DA PROTEÇÃO À VIDA – Folha de São Paulo](#)
- » [MULHERES DA POLÍTICA E LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS: UMA RELAÇÃO COMPLICADA – Folha de São Paulo](#)
- » [LÍDER DO GOVERNO COBRA BASE, CITA 'FACA NO PESCOÇO' E DIZ QUE FALTA COMANDO CENTRALIZADO A LULA 3 – Folha de São Paulo](#)
- » [COM TEIMOSIA E SOBERBA, LULA PUXA O PRÓPRIO TAPETE – Folha de São Paulo](#)
- » [O FLAGELO DOS PRECATÓRIOS – O Hoje](#)
- » [PARA STJ, MP PODE PROPOR AÇÃO CONTRA HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ABUSIVOS – O Hoje](#)
- » [PF DECIDE INDICIAR BOLSONARO EM CASO DE JOIAS SAUDITAS – Correio Braziliense](#)
- » [COM MAIOR CONSUMOS DAS FAMÍLIAS, NORDESTE LIDERA CRESCIMENTO NO PAÍS – Correio Braziliense](#)
- » [O DESAFIO DA SUBALIMENTAÇÃO – Correio Braziliense](#)
- » [PROJETO QUE RESTRINGE ABORTO LEGAL COLOCA VIDA DE MENINAS E ADOLESCENTES EM RISCO, AFIRMA CIDA GONÇALVES – Valor Econômico](#)
- » [CÂMARA SUPERIOR DO CARF CANCELA COBRANÇA DE IR E CSLL E MANTÉM DE PIS/COFINS DA MULTIPLUS – Valor Econômico](#)
- » [JUSTIÇA ANULA IPTU DE R\\$ 17 MILHÕES DE SHOPPING PAULISTANO – Valor Econômico](#)
- » [IMPOSTO SELETIVO: UM MUSEU DE NOVIDADES – Valor Econômico](#)
- » [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 14.06.2024 – PÁG. 03

Prevenir é melhor!

Gustavo Mendanha

Recentemente, estive no Rio Grande do Sul oferecendo ajuda nesse momento trágico de mortes e destruição de centenas de cidades. Essa, sem dúvidas, foi uma das experiências mais dolorosas que já passei durante os quase 20 anos de missão evangélica. Enquanto gestor, é natural fazermos algumas observações sobre a devastação provocada por eventos repentinos. Uma das conclusões que tiro é que precisamos falar e investir em estruturas permanentes que possam minimizar os danos, principalmente, quando envolve risco de mortes sejam de pessoas ou animais.



A construção de estruturas permanentes para prevenção de crises é uma medida essencial para garantir a segurança da população. Essas estruturas, que podem incluir sistemas avançados de alerta precoce, infraestrutura resistente a desastres e redes de comunicação robustas, são fundamentais para reduzir os impactos de eventos adversos, como enchentes, terremotos e pandemias.

Em 2020, quando estive prefeito de Aparecida de Goiânia, um dos primeiros atos de enfrentamento a Pandemia foi a criação de um Comitê de Combate e Enfrentamento ao novo coronavírus, composto por especialistas em diversas áreas para que pudéssemos tomar decisões de forma racional e assim evitar uma tragédia ainda maior. Hoje posso afirmar que essa ação foi eficaz naquele período. É essa cultura de prevenção que precisamos implementar para promover soluções rápidas e acertadas dentro da gestão pública.

Investir em prevenção não só salva vidas, mas também reduz significativamente os custos econômicos associados à recuperação e reconstrução. Cidades preparadas são capazes de responder de maneira mais eficiente e eficaz, minimizando os danos e acelerando o retorno à normalidade. No caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, que possivelmente tenha sido a maior destruição climática do Brasil, vários municípios precisarão ser reconstruídos, a partir de um longo e difícil caminho, com grandes impactos econômicos.

Pensando neste contexto de crise climática, mas que cabe em outras áreas, fica perceptível a falta de planos de prevenção de crises. Um levantamento feito pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) apontou que das 27 capitais, 15 não têm planos de mudanças climáticas, inclusive Goiânia. Uma reportagem publicada em 17 de maio pelo POPULAR apontou que nossa capital também não possui uma legislação com diretrizes de como agir em casos de uma tragédia como a do Rio Grande do Sul. Hoje, com auxílio da tecnologia, já é possível traçar probabilidades de crises para preparar respostas rápidas e adequadas, a partir de um conjunto de ferramentas que permitem a análise de dados.

É urgente a troca da cultura de ações de emergência por ações de prevenção. Por isso, defendo que todos os municípios realizem a implantação das estruturas permanentes de prevenção e gerenciamento de crises, até porque nenhuma cidade, Estado ou país está imune de que problemas inesperados aconteçam.

JORNAL – O POPULAR – 14.06.2024 – PÁG. 07

O guarda-costas da viúva

Eliane Cantanhêde



Fernando Haddad é uma espécie de guarda-costas da viúva que, além de enfrentar adversários e especuladores, acumula cicatrizes dos tiros que leva pelas costas do próprio governo, especialmente de Lula. Quanto mais fraco Haddad fica, ou parece ficar aos olhos do mercado, dos políticos e da opinião pública, o governo fica mais vulnerável e Lula se torna alvo fácil do faroeste em que se transformou o Congresso.

Toda vez que o ministro da Fazenda viaja vem um tiro pelas costas e, desta vez, foi pior. Ele estava no Vaticano, onde discutiu combate à pobreza com o papa, quando o projeto alterando regras do PIS-Cofins chegou ao Congresso e virou um deus nos acuda, unindo todos contra um - Haddad. Assim como ele não estava por perto para apresentar o projeto, também não estava para defendê-lo. Quando tentou, era tarde demais e já estava cristalizada a certeza de que a maior "vítima" seriam as exportações. Ele jura que não e telefonou para Blairo Maggi, ex-ministro da Agricultura e um dos maiores líderes do setor, sem sucesso. Sua sugestão de criar um adendo à MP, especificando que exportações estavam fora, foi descartada.

Lula chamou Haddad para comer pizza no Alvorada no domingo à noite e, na segunda, pediu ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, para esperar uma solução em 24 horas, antes de devolver a medida provisória do PIS-Cofins. Sem plano B, como admitiu, o ministro perdeu o prazo e o senador devolveu a MP sem nem iniciar a tramitação e o debate. Não é trivial. É decisão grave do Legislativo contra o Executivo. Derramou o leite, a compensação de mais de R\$ 25 bi para perdas com a desoneração da folha de pagamentos ficou no ar. Sob tiroteio do Planalto e desconfiança generalizada, Haddad lavou as mãos. Pacheco e Senado que se entendam com os empresários e se virem para garantir a compensação, enquanto o STF está com a faca e o queijo na mão: sem cobrir a perda de receitas, a desoneração cai.

Nada pior para um governo que já não está lá uma maravilha do que criar insegurança quanto à seriedade da política econômica. É isso que está acontecendo, quando há três sensações no ar interno e externo: de que o Brasil não vai cumprir o arcabouço fiscal, de que o governo perde uma atrás da outra no Congresso e de que o ministro da Fazenda é fraco, sem apoio do presidente e do Planalto. Não se trata de mais uma crise, mas, sim, de uma crise que fragiliza o principal ministro de Lula, o avalista de uma política econômica sensata e o

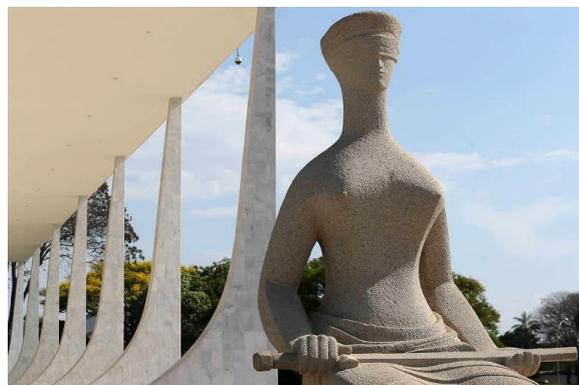
guarda-costas da viúva. Compromete o presente e deixa o futuro no escuro para Lula e PT. Se Haddad cair, quem sobra como herdeiro de Lula e candidato do PT?

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 14.06.2024 – PÁG. A2

FGTS ficou somente menos inadequado

STF acerta ao determinar correção ao menos pela inflação, mas mundo político ainda se apossa do dinheiro do trabalhador

Entre várias opções, decidiu com sensatez o Supremo Tribunal Federal ao revisar os critérios de correção dos saldos nas contas dos trabalhadores no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Por 7 votos a 4, a corte estabeleceu que os valores acompanharão a TR mais 3% ao ano e o pagamento dos lucros do fundo, como acontece hoje, mas doravante terão também a garantia de reposição da inflação ao consumidor medida pelo IPCA. Essa era a posição defendida pelo Executivo, em entendimento com centrais sindicais.



Trata-se de um posicionamento racional, dada a necessidade de assegurar a sustentabilidade de projetos financiados pelo FGTS nas áreas de infraestrutura e moradia popular, que em geral têm custos abaixo das taxas de mercado. É o caso do Minha Casa Minha Vida, que depende dos recursos do fundo para estratos de baixa e média renda e contratou a construção de mais de 7 milhões de moradias nos últimos 15 anos.

Correções maiores dos depósitos implicariam desequilíbrios atuariais ou necessidade de elevar os juros para tais projetos. Também ficou definido que a mudança vale para a frente, não impactando os saldos passados, algo acertado. A decisão afeta cerca de 117 milhões de contas no FGTS. Não faria sentido, dadas as restrições financeiras da União e em prol da segurança econômica e jurídica, que fosse imposto um custo estimado de R\$ 756 bilhões em correções retroativas, segundo cálculos, não consensuais, do Solidariedade, partido proponente da ação em 2014.

Resolvem-se assim o passado e o presente, mas cumpre pensar no futuro —e, nesse sentido, o formato atual do FGTS se mostra arcaico, inadequado e prejudicial para os trabalhadores. O fundo recolhe 8% do salário em contas individuais, só acessíveis em situações específicas, como compra da casa própria, demissão e outras previstas em lei. Em essência, o mecanismo constitui uma poupança compulsória que, embora de titularidade do trabalhador, é de acesso restrito, além de remunerada com taxas aquém das que seriam obtidas em aplicações financeiras seguras.

O melhor caminho imediato seria uma modernização ampla do sistema, tornando o FGTS um instrumento de poupança sob poder mais efetivo de seu titular, com rentabilidade menos distante dos padrões de mercado. Gradualmente, deve-se reduzir o peso do fundo em políticas públicas. É melhor que subsídios eventuais

venham do Tesouro, discriminados de forma transparente no Orçamento. O mundo político brasileiro, infelizmente, reluta em abrir mão do controle de um dinheiro que é dos assalariados.

Escrito nas estrelas

Governo Lula vive espécie de inferno astral porque não dá sinais críveis de que problema fiscal será equacionado

Hélio Schwartzman



O governo Lula vive uma espécie de inferno astral. Uma conjunção de reveses políticos se somou à lenta mas constante degradação das contas públicas para converter-se num teste de estresse imposto pelo mercado. É cedo para decretar que o governo acabou, mas não seria inteligente ignorar os sinais de que o caldo da inflação poderá entornar.

É fato que o ministro Fernando Haddad, até um par de meses atrás celebrado como gênio pela Faria Lima, bobou ao enviar para o Congresso a MP do PIS/Cofins sem combinar o jogo com quem manda no Parlamento, mas o verdadeiro problema atende pelo nome de Luiz

Inácio Lula da Silva. O presidente é um apóstolo da escola do "gasto é vida" e bloqueia na origem todas as propostas da equipe econômica para controlar o déficit pelo lado das despesas.

A "Weltanschauung" vintage de Lula é bem resumida pela caótica operação de compra de arroz importado após a enchente no RS. O diagnóstico estava errado, o plano, que incluía tabelamento de preços, continha equívocos e a execução foi desastrosa. O único item que não apresentou problema foi o desenvolvimento da logomarca do governo federal sob a qual o arroz seria vendido ao povo.

Propostas coerentes de equacionamento do nó fiscal exigem mexer nas receitas e nas despesas. E o lugar óbvio para cortar são os gastos tributários de baixo retorno social, coisas como a desoneração da folha e a Zona Franca de Manaus. É nesse ponto que Lula encontra um sócio no problema. O Congresso já deu repetidos sinais de que resistirá a esse tipo de corte. Parlamentares vivem em gostosa promiscuidade com os lobbies beneficiados por essas medidas. E fica pior. Não há nenhum motivo para achar que essas forças não conseguirão perenizar prebendas na regulamentação da reforma tributária. Por mais otimista que eu tente ser, não vejo como rejeitar liminarmente a análise daqueles que descrevem o Brasil como um suave fracasso.

A falácia da proteção à vida

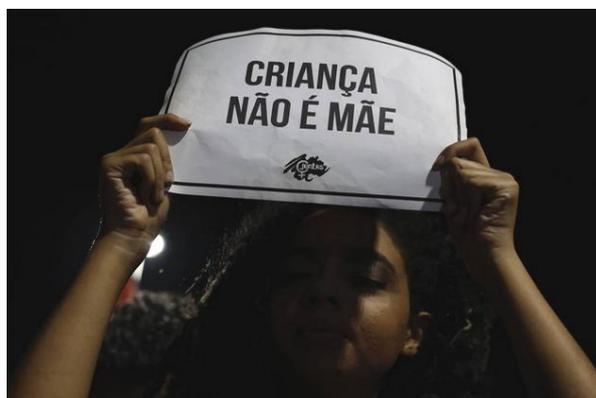
Meninas serão as mais prejudicadas com o projeto sobre aborto

Priscilla Bacalhau

A existência de uma lei não é condição suficiente para garantir um direito à população. O respaldo legal é, muitas vezes, o primeiro passo de um longo caminho até chegar ao beneficiário final, que nem sempre conhece seus direitos. Estar na lei é necessário, mas não suficiente. Esse é o caso do direito ao aborto no Brasil.

Desde 1940, está no Código Penal que o aborto é permitido em casos muito específicos. Hoje, uma mulher tem respaldo legal de interromper sua gravidez em três situações: em casos de estupro; quando há risco de vida para a gestante; quando o feto é anencéfalo. E só. Mas um projeto de lei quer restringir ainda mais esses casos.

Nesta semana, a Câmara dos Deputados votou pela urgência do projeto de lei 1.904/24, que equipara o aborto ao crime de homicídio em gestações acima de 22 semanas. Ainda assim, não é porque está na lei hoje que mulheres conseguem ter acesso ao direito de interromper a gravidez. Não apenas mulheres: crianças e adolescentes grávidas, vítimas de violência sexual, são constantemente vítimas também de violência institucional, que cria incontáveis barreiras para acessar o atendimento médico necessário.



Há poucos anos, o Brasil parou para comentar o caso de uma menina de dez anos, grávida, vítima de estupro por uma pessoa próxima, que sofreu repetidas violências no processo de conseguir o aborto. A menina teve o procedimento de interrupção da gravidez negado, seu nome foi vazado, ela precisou ser inscrita no Programa de Proteção a Testemunhas, teve que cruzar o país até um hospital que aceitasse realizar o procedimento e ser exposta a inúmeros protestos que tentavam impedir o procedimento médico respaldado por lei.

Não é um caso isolado. São muitas as meninas vítimas de estupro que têm seu direito ao aborto dificultado. Se o projeto de lei que a Câmara corre para aprovar sem passar pelas comissões temáticas for aprovado, essas meninas seriam as mais prejudicadas, em um cenário que já é tão desfavorável para elas. São meninas e mulheres em situação de vulnerabilidade, abusadas, dependendo da boa vontade de conselheiros tutelares, de equipes médicas e de ONGs que se arriscam para prestar o apoio necessário, diante de um mar de conservadorismo que se preocupa mais com um feto do que com a vida de crianças.

Crianças vítimas de estupro frequentemente demoram a descobrir a gravidez e são lembradas constantemente do trauma vivido na busca por seus direitos. Sem constrangimento algum, o deputado autor da proposta admite que seu objetivo é testar o compromisso pessoal do presidente contra o aborto. São os corpos de meninas e mulheres sendo usados, mais uma vez, como moeda de troca política. Não tem nada a ver com proteção à vida.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 14.06.2024 – PÁG. A3

Mulheres da política e lideranças partidárias: uma relação complicada

Discurso pró-diversidade esbarra em conveniência e pragmatismo eleitoral

Malu Gatto / Débora Thomé

Sempre que se iniciam novos debates sobre mudanças nas regras eleitorais, as mulheres eleitas, as candidatas ou mesmo os grupos que advogam por mais mulheres na política no Brasil (lembrando que o país é um dos piores do mundo no quesito) aumentam seus níveis de preocupação. Isso porque sabemos que, apesar de a cota existir desde 1995 e de alguns outros avanços na lei, como a obrigação de candidatas mulheres receberem 30% do financiamento público de campanha, sempre que os partidos e suas lideranças masculinas podem, eles tentam não obedecer regras que arrisquem ameaçar seu espaço, as quais têm o potencial de proporcionar mais diversidade na representação.



Isso tem uma razão: se hoje a Câmara dos Deputados tem, entre um total de 513 representantes, 422 homens, são justamente eles que dominam o poder; portanto, não querem perder nem um naco dele. Assim, tentam controlar as mudanças que, por ventura, venham a ocorrer no sistema. Lembrando que deputados federais eleitos costumam ser também importantes lideranças de seus próprios partidos —em nível local, bem como regional e nacional. No concreto, podemos afirmar que, como controlam os recursos, eles são peças fundamentais para que haja —ou não— mais mulheres na política.

Preocupadas com o papel das lideranças partidárias no que diz respeito à promoção de mais diversidade na política, entrevistamos alguns desses líderes para a pesquisa +Representatividade, do Instituto Update. Nosso objetivo era entender como esses homens (porque se trata principalmente de homens) viam a questão. Tarefa difícil, uma vez que a maioria deles costuma respeitar a cartilha do "politicamente correto" e, sem hesitar, respondem que gostariam de ter mais mulheres e pessoas negras na política.

Entretanto, como essa resposta não nos satisfazia, formulamos um questionário que nos confirmou alguns pontos e nos permitiu identificar outros novos. Para começar, como já se sabe, lideranças partidárias dão preferência, na escolha de suas chapas e na distribuição de recursos (e mais especificamente de financiamento), a candidatos que já têm uma cadeira no Legislativo. Em sua grande maioria, quem já é incumbente é homem branco. Logo, de saída, são eles que têm prioridade.

Além disso, preferem candidatos que têm uma longa e sólida relação com o partido. Nesse sentido, sabemos que mulheres costumam ter dificuldade em estreitar esses laços, o que as prejudica na hora de ganhar a confiança das lideranças. A maioria das siglas cujos líderes entrevistamos não têm um sistema estruturado de distribuição de recursos, focando sobretudo em impressões gerais sobre a viabilidade eleitoral dos candidatos. Dessa forma, o processo de distribuição tende a ser discricionário, mas sempre com foco nos

nomes vistos como com mais viabilidade eleitoral. O que, deve-se mencionar, é racional; afinal, querem manter suas cadeiras.

Outro ponto que nos ficou evidente na pesquisa foi que, ainda que lideranças mencionem a questão da diversidade, essa variedade não está necessariamente relacionada às categorias de gênero, raça, etnia e orientação sexual, sendo entendida de forma abrangente como variedade entre diferentes perfis (como representantes de diferentes profissões). É bem verdade que já está incorporada a necessidade e a relevância da presença das mulheres entre candidatos, bem como que elas recebam o financiamento previsto em lei. Ao mesmo tempo, muitos partidos não obedecem à regra e fazem de tudo para não cumpri-la.

Em um contexto de reforma eleitoral, é fundamental que as lideranças partidárias, sabedoras de que são uma das peças mais importantes na inclusão de mulheres na política e na promoção de representatividade, posicionem-se a favor de uma democracia mais diversa.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 14.06.2024 – PÁG. A4

Líder do governo cobra base, cita 'faca no pescoço' e diz que falta comando centralizado a Lula 3

Deputado José Guimarães faz críticas em evento interno do PT e busca Planalto para se explicar

Victoria Azevedo

O deputado José Guimarães (PT-CE), líder do governo na Câmara, disse a correligionários em reunião interna do PT que falta à gestão Lula 3 "comando político mais estrategicamente centralizado" na relação com sociedade, Congresso, estados e municípios. O petista falou durante o encontro virtual "Conjuntura atual e relação com o Congresso" promovido pela CNB (Construindo um Novo Brasil), principal corrente interna do partido, na terça-feira (11).

O deputado também afirmou que fazer a articulação política do governo na Câmara lhe tira o sono. "Tenho que me relacionar com toda a Casa, não é uma tarefa fácil, é um negócio muito doloroso. Tem dia que eu não consigo dormir por conta da tensão, da faca no pescoço e tudo mais que muitas vezes acontece nos bastidores aqui dentro [do Congresso] para a gente apoiar, aprovar as matérias de interesse do governo."



A Folha teve acesso a trechos da reunião que foi gravada e reuniu dezenas de militantes do partido. Após as críticas, Guimarães procurou o Palácio do Planalto para se justificar e disse ao ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais), responsável pela articulação política do governo no Congresso, que suas falas não eram direcionadas à pasta comandada por ele. A Presidência da República foi procurada, mas não se manifestou.



CLIPPING

DATA
14.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
9 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

No evento do PT, Guimarães também afirmou que existe um "não comprometimento" dos partidos que integram a base de apoio a Lula no Legislativo, o que tem levado o Executivo a uma série de reveses nas últimas semanas. A esquerda tem tamanho minoritário na Câmara e no Senado. Por isso, o petista buscou formar sua base de apoio distribuindo ministérios a partidos de centro e de direita, em um primeiro momento para União Brasil, PSD e MDB —cada uma das legendas têm três representantes na Esplanada. No ano passado, fez uma reforma ministerial, abrindo espaço no primeiro escalão para o PP e o Republicanos, numa tentativa de consolidar sua base na Câmara.

"Esse não comprometimento desses partidos que estão na aliança para garantir a governabilidade, eles terminam dando, como se diz lá no Nordeste, um no prego e um na ferradura. Porque não somam conosco nessas matérias, como por exemplo os vetos do presidente Lula na questão das saidinhas e das fake news. É portanto um drama aqui dentro", afirmou Guimarães. O deputado voltou a defender trocas no governo e disse que lhe foi chamada a atenção por ter tratado disso publicamente em entrevistas. À Folha, em maio, ele defendeu uma renovação na Esplanada dos Ministérios e uma chacoalhada geral no PT para o enfrentamento do bolsonarismo nas redes sociais e nas ruas.

"Tem que dar uma chacoalhada. O risco de acomodação do governo é muito grande. O nível de entregas ainda é muito grande para algumas áreas, mas muito pouco para outras. Tem que haver um rearrumamento da casa", disse Guimarães aos militantes do partido na reunião. Segundo disse, "falta ao governo um comando político mais estrategicamente centralizado, que possa dirigir a relação com a sociedade, a relação com o Congresso e a relação com os entes federados". "Nós já entregamos muita coisa e nem sempre aquilo que nós entregamos faz com que a popularidade do presidente aumente. Muito pelo contrário, teve queda nos últimos meses. Essa chacoalhada eu acho que era bom. Mas isso quem faz é o presidente", afirmou.

Procurado, o líder do governo disse à reportagem que continuará trabalhando para ajudar Lula e defendeu uma pactuação com representantes dos partidos que têm presença na Esplanada "para uma maior coesão interna". Integrantes do governo Lula buscaram minimizar as declarações do líder do governo na Câmara, afirmando que os pontos já eram discutidos em reuniões internas. Por outro lado, há a visão de que o vazamento das declarações tiveram um caráter de "fogo amigo" e visavam desgastar o próprio José Guimarães, colocando o líder em rota de colisão com o Planalto.

Em momentos de crise, em particular após derrotas do governo na Câmara, circula nos bastidores do Congresso a informação de que Guimarães busca substituir Alexandre Padilha na Secretaria de Relações Institucionais. Um integrante do primeiro escalão do governo, destoando da tentativa do Planalto de minimizar o fato, afirma que as declarações de Guimarães estão inseridas neste contexto. Eventual substituição de Padilha, no entanto, está fora do radar, segundo pessoas próximas ao presidente. Guimarães também conversou com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Segundo relatos, ele minimizou as declarações e disse que não foram críticas direcionadas aos líderes da Casa.

Apesar disso, a fala de Guimarães na reunião interna do PT gerou ruído entre lideranças na Câmara. Dois líderes afirmaram que as críticas de falta de centralidade da articulação política já são temas de conversas reservadas, mas avaliam que Guimarães gera um novo desgaste ao citar a falta de comprometimento da base. Nas palavras de um cardeal do centrão, o deputado critica os partidos da base, mas não reconhece que o próprio trabalho dele pode ser alvo de queixas, ao tentar jogar a responsabilidade das derrotas do Executivo



CLIPPING

DATA
14.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
10 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

para os líderes. Outro parlamentar do grupo vai além e afirma que o centrão tem contribuído mais do que o próprio PT em algumas matérias de interesse do Executivo. A articulação política de Lula no Congresso é criticada por parlamentares desde o ano passado.

Além de Padilha, que é desafeto de Lira, formam o time o líder do governo no Congresso, o senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), o líder no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e Guimarães. Após sessão do Congresso no mês passado que impôs derrotas ao governo, o presidente determinou que iria participar de reuniões semanais da articulação política numa tentativa de azeitar a relação com o Legislativo. Pouco mais de uma semana após inaugurar esse novo modelo, no entanto, o governo acumula erros em série. Ainda na reunião interna do PT, Guimarães disse que mais cedo ou mais tarde o Executivo deverá fazer mudanças, "porque elas são necessárias", e afirmou que o governo precisa estar bem para preparar a reeleição de Lula em 2026.

"A partir da eleição municipal, nós temos mais dois anos e temos que preparar a reeleição do Lula. E o governo tem que estar bem. Tem duas mudanças que eu penso que são necessárias fazer no governo. É a mudança do ponto de vista do centro político, que precisa ter, e também uma mudança profunda na linha da comunicação."

A comunicação do Executivo também é considerado um ponto de atenção e alvo frequente de críticas —até mesmo de governistas. A Secom (Secretaria de Comunicação Social) da Presidência é hoje comandada interinamente por Laércio Portela, que substitui o titular do cargo, Paulo Pimenta (PT-RS), que exerce a função de ministro extraordinário da reconstrução do Rio Grande do Sul. O líder do governo na Câmara afirmou à Folha que a reunião da CNB era um debate interno, de balanço e de reorganização da tendência. Ele disse que sua fala foi feita a partir da análise de "vários dirigentes cobrando maior interação do governo com os estados e com o PT".

"Afirmei que é necessário reconstruir a governabilidade, afinar a governabilidade, porque é difícil aqui. Nem todos que estão participando do governo apoiam integralmente o governo. É necessário o governo ter centralidade política nas ações. O governo precisa se comunicar melhor frente a tudo que entrega e à pouca incidência ao nível de aceitação popular", disse. Também disse que não falou sobre pessoas, mas "da necessidade de fazer ajustes na base e na relação do governo com os estados, com todos os entes federados".

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 14.06.2024 – PÁG. A6

Com teimosia e soberba, Lula puxa o próprio tapete

Presidente, PT e agora Haddad parecem trafegar em realidade paralela

Marcos Augusto Gonçalves



Não será com teimosia, soberba, desentendimentos e desarticulação política que o presidente Lula, seu partido e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, contribuirão com um futuro mais promissor para o Brasil e o governo. O segundo ano do terceiro mandato de Lula revela-se até aqui um compilado de desencontros e dissonâncias em praticamente todos os campos. Tem-se a impressão de que a administração petista exercita-se na arte de puxar seu próprio tapete.

É sempre fundamental repisar o fato de que Lula retornou a Brasília numa situação excepcional, em eleição disputada milimetricamente, na qual acenou para o centro com vistas a derrotar Jair Bolsonaro, uma grave ameaça institucional que acabou deixando pelo caminho o programa neoliberal prometido e aplaudido pelo partido da economia. Essa divisão continua a tensionar o ambiente, ainda que Lula tenha obtido uma transição bem-sucedida ao retomar o padrão de normalidade democrática e evitar, com méritos de Haddad, uma reação intempestiva dos mercados ao oferecer um projeto digerível de regra fiscal.

Só que o primeiro ano passou. Os erros e os acertos estão sendo testados pelo tempo e se apresentam de maneira mais discernível. As insatisfações e discussões avançaram num processo natural de acirramento das disputas políticas, seja no território da economia ou em outras frentes. A democracia está funcionando e o arcabouço fiscal está implantado, não é mais uma promessa. Se a política econômica mostrou algumas virtudes, agora enfrenta questionamentos e argumentos de setores muito influentes que duvidam da evolução do ajuste fiscal e acenam com incertezas, fantasiosas ou não, quanto à nova gestão do BC.

Não basta mais culpar a direita truculenta e a famigerada má vontade do mercado por investidas contra o governo, mesmo se afetadas ou oportunistas. Se a maré está subindo, melhor não dormir na areia. É preciso saber responder aos desafios da etapa em curso com sabedoria política, o que hoje significa entender que é preciso assumir compromissos sólidos rumo ao centro e abandonar devaneios de que seria possível governar sem concessões. Se é esperar muito do PT, não é de Lula e Haddad, que têm, em tese, capacidade política suficiente para compreender que o governo não está em condições de ser intransigente com as demandas fiscalistas do mercado e de tentar aplicar rasteiras no Congresso com medidas provisórias retiradas da cartola sem debate com os setores envolvidos.

Ou o governo refaz sua relação com os agentes econômicos e reorganiza sua obtusa articulação política com o Legislativo ou será bombardeado, como ocorre, simultaneamente na economia e nos "costumes". Não é uma boa ideia brigar com todo mundo. Na economia, é difícil ignorar a avaliação geral de que é preciso ir

além da busca de receitas, reconhecendo a necessidade de medidas de contenção de despesas e de compromissos sem ambiguidades com o equilíbrio fiscal. O cenário internacional apenas torna esse movimento mais urgente. O que se observa contudo é um presidente, um partido e, agora, um ministro da Fazenda vivendo numa realidade paralela, aparentemente desconectados de questões terrestres. Não parece haver cálculo político mais sofisticado, maturidade estratégica e plano tático.

JORNAL – O HOJE – 14.06.2024 – PÁG. 03

O flagelo dos precatórios

Artur Marques da Silva Filho

O problema dos precatórios de caráter alimentar no Brasil, que poderia ser traduzido como um grande calote superior a 40 anos, é de extrema gravidade, pois afeta principalmente servidores públicos, aposentados e pensionistas, com impacto mais nocivo nos dois últimos grupos. Estes são constituídos por pessoas com idade avançada, que dependem muito dos recursos para sua sobrevivência, cuidados essenciais e assistência à saúde.

O imenso número de precatórios, que significam dívidas concretas do Estado, resultantes de ações judiciais que já transitaram em julgado, reflete o descumprimento de leis e acordos firmados com o funcionalismo. Além disso, observa-se a não aplicação de correções salariais devidas, falta de pagamento de adicionais de insalubridade e/ou periculosidade e outras diversas transgressões de gestores dos Três Poderes contra direitos de natureza alimentar atrelados aos salários, aposentadorias, pensões e previdência. São equívocos acumulados em mais de quatro décadas, que não deixaram alternativas às pessoas prejudicadas a não ser procurar a Justiça.

Recorreram, obtiveram ganho de causa, mas não se concretizaram os direitos. Isso porque se instituiu no Brasil esse instrumento chamado precatório, que só existe em nosso país, para postergar os pagamentos, em prejuízo de milhares de pessoas, cujos direitos foram desrespeitados por sucessivos governantes e gestores do poder público, na União, estados e municípios. São mais de 40 anos de flagrante calote.



Segundo a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), só o governo estadual de São Paulo tem 600 mil credores. Nesse período, mais de cem mil deles morreram sem receber os valores devidos, depois de toda uma vida de trabalho. Como se não bastasse, ainda existe a ameaça da Proposta de Emenda à Constituição 66/2023, que prorroga mais uma vez o prazo dos pagamentos.

Essa insólita e descabida situação gera outro problema grave: instituições financeiras costumam propor a compra de precatórios, mas com deságios exagerados. O Supremo Tribunal Federal (STF) referendou a Emenda Constitucional 62/2009, que permite um deságio de até 40%. Porém, esse percentual, muito alto, é invariavelmente ultrapassado na realidade do mercado. Muitas vezes, premidos pela necessidade urgente de

recursos e desesperançosos quanto à possibilidade de receber em vida o que lhes é legitimamente devido, os credores acabam aceitando essas condições absurdas e de cunho oportunista. Por isso, é fundamental que, ao receber uma proposta desse tipo, a pessoa procure um advogado, para que tenha a devida orientação e para que os cálculos referentes à atualização dos valores sejam corretos. Isso é importante, pois se, além do deságio, o montante estiver desatualizado ou dimensionado a menor, o prejuízo será ainda maior.

O problema dos precatórios atingiu um grau inaceitável no Estado Democrático de Direito. Estão sendo prejudicadas de modo contundente milhares de pessoas que ganharam ações judiciais movidas exatamente porque tiveram direitos legítimos desrespeitados. Agora, são punidas novamente pelo não cumprimento da reparação dos danos sofridos há anos ou décadas. Trata-se de uma profunda injustiça do poder público, um flagelo que atinge grande número de brasileiros. É premente solucionar essa grotesca distorção.

JORNAL – O HOJE – 14.06.2024 – PÁG. 10

Para STJ, MP pode propor ação contra honorários advocatícios abusivos

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o Ministério Público (MP) tem legitimidade para propor ação civil pública com o objetivo de discutir honorários advocatícios supostamente abusivos cobrados de pessoas hipossuficientes para o ajuizamento de ações previdenciárias.



Para o colegiado, o profissional que cobra valores excessivos pela prestação do serviço de advocacia, além de prejudicar a subsistência do cliente, vai contra a lógica do direito previdenciário – situação que ultrapassa a esfera dos interesses particulares. Na origem do caso julgado pela Terceira Turma, o MP propôs ação civil pública contra dois advogados, na tentativa de inibir um esquema de captação de clientes, beneficiários da Previdência Social, e de cobrança de honorários supostamente excessivos.

Conforme acrescentou a ministra, a advocacia que visa prejudicar o propósito da Previdência Social é uma ofensa ao próprio sistema previdenciário – bem jurídico de interesse de toda a sociedade, o que atrai a competência do MP. "A modalidade de advocacia predatória que obsta o propósito da Previdência Social de manutenção de seus segurados, ao atuar com desídia para aumentar a sua remuneração e ao cobrar honorários que prejudicam a subsistência dos beneficiários, desvirtua a lógica do direito previdenciário", concluiu a relatora.

Audiência de custódia

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado, em audiência pública, ouviu juristas sobre novos critérios para juízes em audiência de custódia. A reunião foi para debater o projeto de lei (PL) 226/2024, que estabelece novos critérios para a audiência de custódia. Do ex-senador e atual ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino, o projeto cria quatro hipóteses para o juiz decidir se o acusado é perigoso para

voltar à sociedade: o uso de violência na prática do crime; a participação em organização criminosa; a relevância das drogas ou armas apreendidas; e a existência de outras investigações em curso.

Medievalismo

A Câmara dos Deputados aprovou o regime de urgência para o Projeto de Lei 1904/24 que equipara o aborto de gestação acima de 22 semanas ao homicídio. Os projetos com urgência podem ser votados diretamente no Plenário, sem passar antes pelas comissões da Câmara. Segundo a deputada Sâmia Bomfim, uma menina estuprada ficaria presa por 20 anos enquanto o estupro ficaria atrás das grades por 8 anos. "As baterias dos parlamentares estão voltadas para essa menina, retirá-la da condição de vítima para colocá-la no banco dos réus", declarou.

Presidente do STF defende emprego de IA no Judiciário brasileiro

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, defende a ampliação da utilização da Inteligência Artificial (IA) no Poder Judiciário brasileiro.



A afirmação ocorreu durante a audiência com o vice-presidente sênior de Pesquisa, Tecnologia e Sociedade do Google, James Manyika, reconhecido como um dos maiores especialistas em IA do mundo. Na oportunidade, o ministro Barroso abordou as potencialidades do emprego da IA no aprimoramento da eficiência da Justiça.

Para TRF1, é abusivo condicionar liberação de veículo a pagamento de despesas



A 12ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) negou a apelação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) contra a sentença que acatou o pedido de um proprietário de veículo e liberou seu ônibus Scania/K 112, apreendido pela fiscalização transportando passageiros sem autorização e permissão independentemente do pagamento de despesas com multas, transporte dos passageiros (transbordo) e estadia. Segundo a autarquia, devido à necessidade de continuidade da viagem dos passageiros seria necessário requisitar ônibus de outras empresas, sendo responsabilidade da empresa infratora pagar esse transporte para que os passageiros não fossem prejudicados pela falta de conformidade da empresa transportadora às regras de transporte.

A relatora do caso, desembargadora federal Ana Carolina Roman, sustentou que a ANTT não pode condicionar a liberação do veículo à comprovação do pagamento das despesas cobradas. De acordo com a magistrada, "a sentença recorrida é limitada à liberação do veículo apreendido, uma vez que o pagamento das despesas de transbordo não poderia ser condição impeditiva para a devolução do bem". Contudo,

ressaltou a desembargadora, a sentença é limitada à liberação do veículo sem o pagamento imediato da multa, que pode ser cobrada pela União por medida administrativa ou via ação de execução fiscal.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 14.06.2024 – PÁG. POLÍTICA

PF decide indiciar Bolsonaro em caso de joias sauditas

Corporação faz os ajustes finais no relatório a ser enviado à PGR sobre desvio de presentes de luxo recebidos pelo ex-presidente e comercializados nos Estados Unidos

Renato Souza

A Polícia Federal vai indiciar o ex-presidente Jair Bolsonaro no inquérito que apura a venda de joias recebidas por ele quando ocupava a Presidência da República. As investigações apontam a participação ativa do ex-chefe do Executivo nos atos que culminaram no transporte e na comercialização dos itens nos Estados Unidos, de acordo com fontes ouvidas pelo Correio.



A corporação está finalizando o relatório sobre o caso. O documento lista a participação de outras pessoas, ligadas a Bolsonaro, e, quando concluído, será enviado à Procuradoria-Geral da República (PGR). Cabe ao órgão decidir, então, se apresenta ou não denúncia no Supremo Tribunal Federal (STF). A previsão é de que o inquérito seja concluído nas próximas duas semanas, podendo ser apresentado a qualquer momento. Em maio, a PF enviou uma comitiva aos Estados Unidos que atuou em conjunto com o FBI e descobriu mais uma joia levada ilegalmente ao país — além das que já eram de conhecimento dos investigadores. A suspeita é de que esse item também tenha sido vendido, em vez de incorporado ao patrimônio da Presidência.

Em uma conversa com jornalistas, o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, afirmou que a descoberta atrasou um pouco a finalização das investigações. "Esse foi um dos fatores que levou a avançar uma semana, 10 dias para concluir. Essa diligência no exterior, com nossa equipe e a equipe do FBI, localizou que, além dessas joias que já sabíamos, houve a negociação de uma outra que não estava no foco dessa investigação", relatou. "Não sei se já foi vendida ou não foi. Houve o encontro de um novo bem vendido ou tentado ser vendido no exterior."

A expectativa é de que até julho também sejam finalizados os inquéritos sobre fraude no cartão de vacinas de Bolsonaro e familiares (que retornou à PGR para novas diligências) e a respeito da suposta participação dele na tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023. Já outra investigação, sobre um esquema paralelo de espionagem realizado pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) no governo do ex-presidente, deve levar um pouco mais de tempo e ser encerrada em agosto. Procurado, o advogado de Bolsonaro, Fábio Wajngarten, afirmou que a defesa só vai se manifestar após ter acesso ao inquérito.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 14.06.2024 – PÁG. ECONOMIA

Com maior consumos das famílias, Nordeste lidera crescimento no país

Região avançou 3,2% no primeiro trimestre do ano, à frente de Norte, Sudeste e Sul. Consumo das famílias possibilitou um incremento no segmento de comércio e serviços. Potencial econômico nordestino será tema de debate do Correio no próximo dia 19

Henrique Lessa



A economia nordestina, medida pelo índice de atividade IBCR-NE do Banco Central (Bacen), avançou 3,2% no 1º trimestre de 2024, na comparação com o mesmo período do ano anterior, superando o índice nacional de 1% de crescimento. Com esse resultado, o Nordeste foi a região que mais cresceu no nível de atividade econômica no país, seguida do Norte e Sudeste (ambas com índice de 3,1%) e Sul, com elevação de 1,4%. O Centro-Oeste não apresentou aumento da atividade econômica no período.

De acordo com análise do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), área de pesquisa do Banco do Nordeste (BNB), a atividade econômica nordestina no início do ano foi favorecida pelo avanço do Comércio e Serviços que foi impulsionado pelo consumo das famílias, como destacou ao Correio o gerente executivo do Etene, Allisson Martins. "Sem dúvida a demanda, o consumo das famílias, foi o principal motor do crescimento da região. Estamos percebendo uma geração de empregos formais bem robusta, o aumento da renda real, e isso está possibilitando o consumo das famílias. Pela configuração econômica da nossa região, é o grande motor do nosso crescimento", disse o economista.

O volume de recursos aplicados no comércio e nos serviços pelo BNB cresceu em 47% no último período, o que confirma o cenário de melhora da região. O total em fomento foi de R\$ 1,9 bilhão no 1º trimestre de 2023 para mais de R\$ 2,8 bilhões no mesmo período de 2024.

Martins ainda aponta que, além do aumento no emprego formal e da elevação do rendimento médio real, o processo de desinflação tem colaborado com esse crescimento. "Em variáveis financeiras, a própria inadimplência no Nordeste, que usualmente é maior que a do Brasil, está apresentando uma tendência de baixa em função da melhora da renda da pessoa física", explica.

Entre os estados do Nordeste, foi o Ceará que apresentou o maior crescimento no índice de atividade econômica (4,4%) no primeiro trimestre de 2024, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O crescimento da economia cearense segue a tendência da região e se baseia no aumento no volume de vendas do comércio varejista (9,1%). A Bahia apresentou elevação de 3,1% no índice de atividade estadual, enquanto Pernambuco apresentou crescimento de 2,5%, pela ótica do índice de atividade econômica do Bacen.

Crescimento sustentável

Para o diretor de Planejamento do BNB, Aldemir Freire, o crescimento da região acontece por fatores conjunturais. "A nossa visão é de que o Nordeste vai liderar o crescimento brasileiro nos próximos 10 anos. Com a liderança na área de energia, a região concentra 80% dos novos investimentos do setor energético do país nos últimos anos, e essa tendência segue com a transição energética", observa.

"Eu garanto que não existe crescimento da economia brasileira sem passar pelo Nordeste. Não existe crescimento da indústria sem oferta de energia, e a energia limpa vai sair do Nordeste. Não existe crescimento sem oferta de comida, e a região tem a última grande fronteira agrícola do Brasil", comenta o executivo. No próximo dia 19, o potencial econômico da região será tema do *CB Debate*. Com apoio do Banco do Nordeste, o encontro reunirá especialistas que explicarão por que o Nordeste deve ser visto como um motor de transformação social. Os convidados abordarão políticas públicas, tendências e potencialidades naturais que contribuem para que a Região Nordeste implemente um maior desenvolvimento sustentável.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 14.06.2024 – PÁG. OPINIÃO

O desafio da subalimentação

Cerca de 9 milhões de brasileiros estão na situação de insegurança alimentar em um país de clima tropical e boa parte do território com solo fértil

A fome no mundo e todos os problemas subsequentes não deveriam ser mais uma questão a ser debatida. Nesta semana, estão reunidos em Assunção, no Paraguai, ministros e autoridades de desenvolvimento social do Mercosul com o objetivo de discutir políticas, programas e estratégias voltadas para o desenvolvimento social e o combate à pobreza.



O Mapa da Fome no mundo ainda é assustador, e, caso as estatísticas permaneçam, os países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) não conseguirão bater a meta, estabelecida em 2015, de zerar a fome até 2030. O relatório revela que 111 países enfrentam situação crônica de falta de alimentos, o que significa que o que essas populações consomem é insuficiente para manter uma vida ativa e saudável. Fazem parte desse grupo nações em que essa condição atinge mais de 2,5% de seus habitantes.

No Brasil, em 2022, o número de pessoas que enfrentavam a insegurança alimentar e nutricional grave passou de 33 milhões, o correspondente a mais de 15% da população brasileira. É verdade que, no último ano, a situação melhorou, já que parte desse contingente — 24,4 milhões de pessoas — deixou o grupo da insegurança alimentar, uma queda relevante de 73%, e, aqui, estamos falando também de outros fatores, como renda, falta de acesso à água, degradação dos solos, crises econômicas e de governança. Ainda assim, cerca de 9 milhões de brasileiros estão nessa situação em um país de clima tropical, sem furacões, vulcões, tsunamis e com um solo fértil (na maior parte do território), em que é totalmente possível produzir o que se consome.

Iniciativas como a da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que promove leilões eletrônicos esporadicamente para adquirir cestas de alimentos destinadas ao atendimento dos povos indígenas Yanomami de Roraima e do Amazonas, são sempre muito bem-vindas, mas só chegam a alimentar uma população inferior a 40 mil pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional — quantidade pequena dada a dimensão populacional do Brasil.

Fato é que faltam apenas seis anos para 2030, cinco anos e meio para sermos mais exatos, e o Mapa da Fome completa 10 anos em 2025, com desafios ainda maiores se comparado à época de sua criação. Se antes os quadros de fome eram mais significativos em determinadas regiões, como no Nordeste, e em pequenos municípios, a verdade é que, na última década, chegou aos centros urbanos das outras regiões brasileiras. Especialistas da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) falam, inclusive, não mais na fome de não comer, mas na fome de comer mal. Com a pandemia e o aumento do preço dos alimentos, consolidou-se a prática da substituição e, geralmente, de um alimento de qualidade por um de má qualidade nutricional.

Para completar, não bastasse debatermos sobre insegurança alimentar no século 21, ainda assistimos a histórias nefastas envolvendo a fome, como a recente tragédia de um menino privado de se alimentar e, quando o fazia, comia ração de cachorro. Morreu pela atitude de um padrasto covarde e assassino que achou que a criança "merecia" esse castigo.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 14.06.2024 – PÁG. A17

Projeto que restringe aborto legal coloca vida de meninas e adolescentes em risco, afirma Cida Gonçalves

Ministra das Mulheres diz que proposta é inconstitucional e ignora realidade criminal do país

Lilian Venturini



Ministra das Mulheres, Cida Gonçalves afirmou nesta quinta-feira (13) que o projeto de lei sobre o aborto em debate na Câmara ignora a realidade brasileira e coloca em risco a vida de meninas e adolescentes vítimas de violência sexual. A proposta, que teve um requerimento de urgência aprovado ontem, restringe ainda mais a prática do aborto assegurada pela atual legislação e equipara a pena a quem faz o aborto após a 22ª semana de gestação a de quem comete um homicídio.

"Precisamos constatar a realidade no Brasil. Em 2022 tivemos 14 mil gravidezes entre meninas de 10 a 14 anos. [Em 2022 ocorreram] 75 mil estupros. Em seis de cada 10



CLIPPING

DATA

14.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

19 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

casos de violências, as meninas têm até 13 anos. Essa é a realidade", afirmou a ministra em entrevista à CNN Brasil. "Não podemos estragar a vida de uma menina", disse. Para Gonçalves, a proposta é inconstitucional por alterar questões que já estão previstas em lei. Atualmente, o aborto não é permitido no Brasil, mas é autorizado em três situações: quando há risco à vida materna, casos de estupro e gestação de feto anencéfalo. Nesses três casos não há limite de idade gestacional para interromper a gravidez.

O projeto de lei, se aprovado, também acaba com a previsão legal de aborto decorrente de estupro a partir do quinto mês de gestação. A ministra afirma que o projeto é equivocado e uma ameaça principalmente para as meninas entre 9 e 14 anos. "Setenta por cento dos casos de violência contra meninas acontecem dentro de casa. E temos um elemento fundamental [nesses casos] que é a demora, o medo da criança, primeiro de saber que está grávida e, segundo, de denunciar o agressor, que [na maioria das vezes] é seu pai, seu irmão ou seu tio."

Gonçalves demonstrou indignação com o trecho do projeto que equipara a pena do aborto à do homicídio, o que resultaria numa pena de até 20 anos para mulher, enquanto a punição a um estupro é inferior, de até 15 anos. "O estupro é grave, é a pior coisa que pode acontecer na vida de uma mulher", afirmou. "Não podemos aceitar que o pouco que nós temos de garantia de direitos para meninas e mulheres seja destruído nesse momento", complementou.

A proposta em tramitação na Câmara é defendida pela bancada evangélica. A votação do requerimento de urgência foi fruto de acordo com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e passou por aprovação simbólica, sem que o regimento fosse seguido à risca. A urgência acelera a tramitação e pula etapas de debate. Lira ainda não pautou a votação e não há data prevista até o momento.

Gonçalves defende que o Legislativo amplie o debate e trate de temas, na avaliação dela, de fato relevantes. "Precisamos prevenir. Por que não estamos construindo um projeto de lei no Congresso que trabalhe sobre a educação sexual? Por que não discutirmos a questão da saúde dessas crianças? (...) Por que não discutimos o número de mulher sendo mortas? Esse é o debate que cabe ao Congresso fazer. É o debate que nós precisamos avançar nesse país."

A ministra disse que não cabe ao governo interferir na tramitação, mas que atuará na busca por diálogo. Segundo ela, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se comprometeu em não mexer na legislação que trata do assunto, em vigor desde a década de 1940. "Meu papel é defender as mulheres e aquilo que de fato garanta que elas estejam vivas e não sejam condenadas por algo que é legal", disse.

Conforme o Valor mostrou, o governo federal optou por não se envolver na votação do requerimento de urgência do projeto. A justificativa era que iria aguardar a votação do mérito da proposta para se manifestar e, até lá, evitar entrar em embates com a ala conservadora e focar na negociação da pauta econômica.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO 14.06.2024 – PÁG. E1

Câmara Superior do Carf cancela cobrança de IR e CSLL e mantém de PIS/Cofins da Multiplus

Conselho está dividido sobre momento de tributação de pontos de programa de fidelidade

Adriana Aguiar

A Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) deu recentemente duas decisões conflitantes sobre a tributação do programa de fidelidade da Multiplus (atual Latam Pass) - ferramenta de marketing que concede pontos para o cliente fazer novas compras.

Em março, a Multiplus conseguiu cancelar na 1ª Turma uma autuação fiscal de 2011 que cobrava IRPJ e CSLL com relação ao programa de pontos (processo nº 10314.722542/2016-22). Porém, agora em junho, a 3ª Turma manteve auto de infração aplicado em 2012 contra a companhia, por não recolhimento do PIS e Cofins (processo nº 19515.720554/2016-21).

As decisões são importantes porque podem servir de parâmetro para outras empresas que também têm programas de fidelidade. O ponto principal de ambas as discussões é o momento da tributação.

Para a Receita Federal, a companhia deveria reconhecer as receitas no momento da venda dos pontos a seus parceiros - bancos, operadoras de cartões e a TAM Linhas Aéreas -, independentemente de terem sido efetivamente usados. Já para a empresa, só deve haver incidência após o cliente usar os pontos ou eles expirarem (após dois anos da aquisição).

Para a Multiplus, no momento em que recebe os valores correspondentes aos pontos disponibilizados aos parceiros ainda não existe receita auferida. Isso só se concretiza quando o beneficiário resgata seus pontos. Até lá, haveria mera expectativa do que irá ocorrer no futuro, portanto, seria impossível determinar qual será o valor da receita. Segundo a companhia, a fiscalização teria se equivocado ao considerar a atividade da Multiplus como “mera venda de pontos”.

Na 1ª Turma, a Multiplus apresentou recurso contra a cobrança de IR e CSLL com base em uma decisão da 2ª Turma da 4ª Câmara da 3ª Seção que derrubou autuação sofrida em 2011 com relação ao PIS e a Cofins (acórdão nº 3402-004.146). De acordo com a decisão “o montante recebido em uma transação cuja obrigação de performance não se encontra plenamente determinada deve ser reconhecido como receita diferida, ocorrendo o reconhecimento da receita apenas quando atendidas as obrigações assumidas.”

Ao analisar o caso, o relator conselheiro Fernando Brasil de Oliveira Pinto, afirmou que segue o entendimento do paradigma apontado pela empresa, que até então tinha decisão favorável para PIS e Cofins em Câmara baixa. Para ele, ao considerar os fundamentos do Pronunciamento Ibracon NPC nº 14 e 22, nas Resoluções CFC nº 750 (e alterações), 1.121 e 1.374 e na Deliberação CVM nº 29, no CPC 30 e 47,





CLIPPING

DATA
14.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
21 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

“conclui-se que a receita somente deve ser reconhecida quando for possível mensurar com confiabilidade as obrigações a elas atreladas”.

Assim, segundo o relator, “em situações nas quais não seja possível mensurar a efetiva receita, não deve haver reconhecimento”. A decisão foi unânime. No caso específico da Multiplus, destaca ser possível o reconhecimento da efetiva receita relacionada aos pontos acumulados pelos clientes em dois momentos: no resgate dos pontos, “uma vez que, nesse instante, a real receita auferida pela Multiplus torna-se mensurável em bases confiáveis, sendo possível sua confrontação com os correspondentes itens de despesa”, e na expiração dos pontos, quando “é também possível a mensuração da efetiva receita auferida”.

Na terça-feira desta semana, porém, a 3ª Turma, por maioria, manteve a cobrança do PIS e da Cofins. A empresa foi autuada por não recolher as contribuições no momento em que concedeu os pontos. A decisão ainda não foi publicada. Até então, a Multiplus tinha duas decisões favoráveis nessa discussão, mas que se encerraram nas câmaras baixas do Carf. Uma delas, por maioria, cancelou a cobrança, de 2010, de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins porque os tributos deveriam ser pagos no momento do resgate ou na caducidade dos pontos (processo nº 10314.720548/2015-84). A outra derrubou autuação de 2011 que cobrava PIS e Cofins (processo nº 10314.728182/2015-91).

Segundo Leandro Cabral, sócio do Velloza Advogados, com as decisões da Câmara Superior, agora, há julgados nos dois sentidos, o que impede a uniformização. Mas à medida que existem paradigmas dos dois lados, outros casos poderão subir para as câmaras superiores. No caso desfavorável à Multiplus, a empresa ainda pode recorrer ao Judiciário. “Ao meu ver o paradigma correto é o que deu ganho de causa ao contribuinte porque os conselheiros analisaram e entenderam a realidade do mercado”, diz Cabral.

O advogado afirma que a materialidade dos tributos, ainda que seja distinta - já que a base do imposto de renda é o lucro e do PIS e da Cofins, o faturamento - o que importa é a realização da receita, tanto para IRPJ quanto para CSLL e PIS e Cofins. Segundo o advogado Fabio Calcini, sócio Brasil Salomão & Mathes Advocacia, só poderia haver tributação no resgate de pontos ou na expiração. “O fato gerador do tributo tem que acontecer quando há uma situação definitiva. Não pode estar sujeito a condições futuras”, afirma.

Calcini destaca que, no caso do PIS e da Cofins, como o fato gerador é a receita, os conselheiros devem ter entendido que ela foi disponibilizada. “O que me parece um grave equívoco, que o Judiciário tende a confirmar a favor do contribuinte”, diz. De acordo com o tributarista, os casos da Multiplus podem servir para outras companhias com programas de fidelidade. Discussão semelhante também ocorre, segundo Calcini, com relação aos sites de compra coletiva, como Peixe Urbano, no qual o consumidor adquire algum serviço e pode ou não usar o seu voucher.

Por meio de nota, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) disse que “a 1ª Turma examinou lançamento de IRPJ, que incide sobre a receita e de CSLL, que incide sobre lucro líquido, enquanto a 3ª Turma examinou a incidência de PIS e Cofins, que têm por base de cálculo o faturamento. Assim, é possível que valores sejam considerados receitas, para fins de tributação do PIS/Cofins, mas não sejam considerados receitas na apuração do IRPJ/CSLL”. A assessoria de imprensa da Latam informou que não comenta o assunto.

Justiça anula IPTU de R\$ 17 milhões de shopping paulistano

Prefeitura teria errado a classificação do padrão de construção do imóvel, diz juiz

Marcela Villar



Uma sentença recente da Justiça de São Paulo anulou a cobrança de IPTU de R\$ 17 milhões para um grande shopping center na capital paulista. De acordo com a decisão, a prefeitura errou a classificação do padrão de construção do imóvel, o que a fez aplicar uma base de cálculo maior do que o realmente devido. A decisão do juiz Marcos de Lima Porta, da 5ª Vara de Fazenda Pública, provoca uma redução de quase 50% no valor do imposto e obriga a prefeitura refazer o lançamento da obrigação tributária no valor de R\$ 9,8 milhões.

Além do shopping, outras empresas podem se beneficiar da sentença favorável, segundo especialistas. “Muitos empreendimentos em São Paulo estão pagando 30% a mais do que deveriam, porque a prefeitura não tem uma avaliação rigorosa do empreendimento”, defende Juliana Cordoni Pizza Franco, do Rocha Franco Advogados Associados, que representa o shopping no processo.

Para o magistrado que proferiu a sentença, a cobrança deve considerar o padrão construtivo predominante do imóvel. No caso, segundo a perícia, era mais de 60% constituído por garagens, docas, depósitos e áreas técnicas. As áreas nobres, onde estão as lojas, praça de alimentação e cinema são minoria. Por isso, ele indicou “vícios no lançamento” e anulou a cobrança.

Com base na jurisprudência, há chances da sentença ser mantida na segunda instância. Esse argumento da área preponderante tem sido aceito pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) em casos de outros empreendimentos, como fábricas, centros de distribuição e farmácias. A recente sentença é importante porque para shopping centers há poucos precedentes. Segundo Juliana, advogada do shopping, ela precisa entrar com ação anulatória todos os anos para reaver o IPTU cobrado a maior. Diz já ter pedido a correção do padrão do imóvel no sistema da prefeitura, em processo administrativo, mas não houve sucesso. Isso porque o governo municipal entende que as decisões judiciais valem apenas para o exercício financeiro de um ano específico. “Para o cliente, é absurdo imaginar que ele tem decisão que concede o direito de ter um padrão inferior em razão da área preponderante, e ele está sendo cobrado”, diz.

Na última decisão, de março deste ano, foi anulado o IPTU de 2021. Pela perícia, o padrão predominante de construção é o 4-B (maior parte é de áreas simples) e não o 4-E (maior parte é de áreas nobres), como lançou a prefeitura. Essa classificação é um dos elementos para calcular o valor venal do imóvel, como dispõe a Lei Municipal nº 10.235/1986. Também são considerados a área e o fator de obsolescência, conforme a idade do prédio.

Para o juiz, houve erro da Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz) na classificação tanto do padrão construtivo quanto do fator de obsolescência. “O fator encontrado pelo perito judicial demonstra que o lançado pela Municipalidade também padece de erro. Assim, verifica-se que restaram demonstrados vícios



CLIPPING

DATA
14.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
23 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

no lançamento aptos a ensejar a sua anulação”, disse o juiz (processo nº 1008558-47.2021.8.26.0053). Nas decisões da 14ª e 15ª Câmaras de Direito Público do TJSP, chegou-se a entender que o padrão construtivo preponderante correto era o 4-C. Nesses casos, a prefeitura argumentou que, quando a área preponderante for diferente da atividade principal da edificação, "poderá ser adotado critério diverso, a juízo da Administração", conforme exceção legal (processos nº 1056837-35.2019.8.26.0053 e nº 1009314-90.2020.8.26.0053).

Para Juliana Franco, essa exceção usada pela prefeitura é inconstitucional. “Uma lei não pode estabelecer critérios que não sejam objetivos. E a lei é de 1986, não foi recepcionada pela nossa Constituição, de 1988”, afirma, acrescentando que a cobrança é “arbitrária”. "O empreendimento tem mais de 200 mil metros quadrados e a prefeitura lança como se fosse 100% o padrão de construção melhor que existe, mas são oito andares de estacionamento. Isso eleva o valor do metro quadrado absurdamente", diz Juliana.

Um outro precedente envolve o Shopping Interlagos, também em São Paulo, que pediu anulação do IPTU de 2003. O caso discute a área preponderante e a aplicação de alíquotas progressivas. A sentença anulou a cobrança também por erro do padrão construtivo e fator de obsolescência do imóvel, o que aumentou o tributo em 25%. O juízo inclusive pediu a correção dos lançamentos pela municipalidade para os anos seguintes.

No TJSP, a prefeitura tentou contestar e reverter a sentença, mas os argumentos não foram acatados e ela foi mantida, em 2014. Houve ainda recurso para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), mas o ministro Humberto Martins, relator do caso, negou seguimento por óbices processuais, em 2016 (processo nº 0008377-93.2003.8.26.0053 e AREsp nº 838782). Segundo Bruno Sigaud, sócio do Sigaud Advogados, uma decisão judicial sobre o tema depende muito do caso concreto, pois cada imóvel tem suas especificidades, e os juízes se baseiam quase que unicamente nos laudos. "Não é uma tese de mérito, mas esbarra em produção de prova. O tribunal de São Paulo costuma validar o laudo pericial", afirma.

Sigaud também diz que tem crescido nos últimos ano o volume de erros no lançamento da cobrança de IPTU no município de São Paulo. "Tem aumentado uma postura da prefeitura em revisitar as cobranças de modo a alterar o padrão construtivo para gerar mais arrecadação. Mas isso vem sendo combatido no Judiciário", conclui.

A arrecadação do município de São Paulo com o IPTU aumentou mais de R\$ 5 bilhões nos últimos cinco anos, segundo dados da prefeitura. Em 2019 foram R\$ 11,1 bilhões arrecadados e, em 2023, foram R\$ 14,9 bilhões. O tributarista Leiner Salmaso Salinas, sócio do PLKC, explica que esse tipo de decisão não chega a ser uma tese geral porque quase sempre é baseada em perícia. “É preciso ver se o enquadramento que a prefeitura faz está correto ou não. É um trabalho de engenharia que precisa ser feito para verificar se obedece às diretrizes da lei municipal”, afirma. Esse tipo de erro no lançamento, acrescenta, é difícil de ser percebido e questionado por pessoas físicas, por conta dos custos de perícia.

Para empresas, o IPTU também não costuma ser prioridade em tema tributário. “Não é um tributo que as empresas que não sejam imobiliárias dão muita importância”, afirma a advogada Adriana Stamato, sócia do Trench Rossi Watanabe. Mas, em casos como esse, em que a economia é superior a R\$ 9 milhões, vale a pena o investimento na discussão. “Pode ser uma oportunidade, que tem sido acolhida pelo Poder Judiciário”, conclui. Sobre a possibilidade de correção do lançamento administrativo, a Sefaz diz, por meio

de nota, que "há procedimento próprio e específico para solicitar avaliação especial de valor do imóvel para fins de IPTU, o qual poderá, se deferido, produzir efeitos para exercícios posteriores". Em razão do "sigilo do contribuinte", não quis se manifestar sobre as decisões e ações judiciais em curso.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 14.06.2024 – PÁG. E2

Imposto Seletivo: um museu de novidades

Nos parece ser mais prudente prever outra forma de atualização das alíquotas específicas, evitando impacto artificial nos preços

Lina Santin

Em 1988, Cazusa, ávido pela vida e aflito pelo avançar das mazelas da AIDS, à época ainda sem tratamento, juntou-se a Arnaldo Brandão e escreveu a icônica canção "O tempo não pára", nome que também serviu de título para o álbum lançado naquele ano.

Dentre seus marcantes versos, há um trecho bem conhecido pelos tributaristas, lembrado diversas vezes por Paulo Ayres Barreto durante as discussões que precederam a aprovação da EC 132 e agora repetido por mim: "Eu vejo o futuro repetir o passado, Eu vejo um museu de grandes novidades..."

É assim que nasce o novo imposto seletivo brasileiro (art. 153, VIII, da CF/88), com cheiro de naftalina e aparência de um IPI recauchutado.

Embora a redação original da PEC 45 previsse expressamente sua finalidade extrafiscal, o texto final da EC 132 retirou a menção a extrafiscalidade e previu sua incidência sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, mantendo sua vinculação às atividades que geram externalidades negativas. A dificuldade é estabelecer os critérios para definir o que é prejudicial e o que se pretende combater ou desestimular. Ora, se até o processo produtivo de engarrafamento de água mineral pode ser danoso ao meio ambiente, assim como o consumo excessivo de água pode causar hiponatremia, tem-se na prática uma amplitude magnânima, sendo mais fácil e finito limitar as hipóteses sobre as quais não poderá incidir.

Daí surge o primeiro estranhamento quanto à contemporaneidade deste tributo: não há previsão para que o IS incida sobre bens imateriais, inclusive direitos, à exemplo do que ocorre para o IBS e CBS. Assim, o IS parece manter como referência a economia industrial pré revolução tecnológica. Por sua vez, ao prever a incidência do IS sobre veículos, embarcações e aeronaves, o PLP 68/2024 ignora que não são propriamente os meios que poluem, mas sim o tipo e quantidade de combustível utilizado. Dois consumidores podem ter o mesmo modelo de veículo, mas um deles só utiliza seu carro aos domingos, enquanto o outro é motorista de





CLIPPING

DATA
14.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
25 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

aplicativo. Assim como o mesmo carro flex pode poluir mais ou menos a depender do tipo de combustível de preferência do seu proprietário, que em sua maioria faz escolhas em razão do preço e não do impacto ambiental.

O projeto também deixou de prever a não incidência do IS quando referidos bens forem utilizados na consecução de atividade econômica do contribuinte, a exemplo das exceções aplicáveis ao IPVA para serviços de transporte e outros. Assim, até mesmo as embarcações destinadas à pesca de subsistência estarão sujeitas ao imposto. O frágil elo denexo causal entre a tributação do meio (e não do combustível) com a externalidade que se pretende atingir (no caso, a poluição), reforça os rumores de que o “novo” IS em realidade busca atingir a mesma base do antigo IPI, como simples meio de substituir referida arrecadação.

E para encerrar, ainda há o art. 421 do PLP 68 que prevê que as alíquotas específicas (ad rem) do Imposto Seletivo serão atualizadas monetariamente uma vez ao ano pelo IPCA. Este índice, calculado pelo IBGE, considera aproximadamente 430 mil preços em 30 mil locais mensalmente, comparando-os com os do mês anterior, resultando num único valor que reflete a variação geral de preços ao consumidor no período. A indexação é uma prática antiga, amplamente utilizada nas décadas de ditadura militar, contribuindo para o cenário inflacionário que assolou o Brasil na década de 80. Assim, embora nos pareça que o objetivo do PLP 68 seja manter as alíquotas específicas atualizadas, esta medida pode em realidade influenciar a formação artificial de preços e contribuir para a inflação.

É possível que o preço de um item sujeito à alíquota específica do Imposto Seletivo não aumente de um ano para o outro, aumente em percentual inferior ou, ainda, superior ao IPCA. Contudo, a indexação ao IPCA não respeita essas hipóteses, pois obriga a atualização da alíquota com base numa média de inflação aplicável a uma gama de produtos e serviços que não necessariamente reflete a realidade da demanda e formação do preço daquele item sujeito ao IS.

Caso este item seja uma bebida que compõe a cesta de produtos utilizada para o cálculo do IPCA, por exemplo, o aumento automático do seu valor em razão da correção da alíquota específica pelo IPCA irá impactar a própria medição do IPCA e novos aumentos de preços serão registrados mensalmente, podendo causar o fenômeno cíclico de espiral inflacionária - um dos motivos que contribuíram para a hiperinflação no Brasil durante os anos 1980.

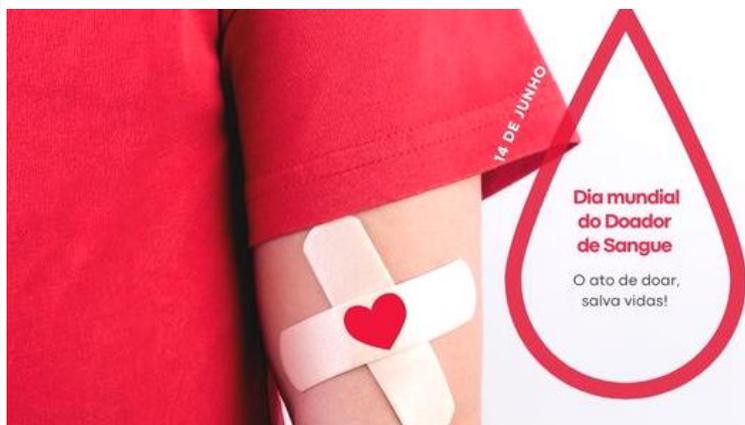
Embora o Imposto Seletivo não se sujeite ao princípio da neutralidade aplicado ao IBS e CBS (art. 156-A, §1º, CF/88) há outros comandos constitucionais que regem a ordem econômica nacional que devem ser observados, especialmente a livre concorrência e a defesa do consumidor (art. 170, IV e V, CF/88). O possível aumento artificial de preços e seu impacto na inflação pode prejudicar ainda mais os consumidores de baixa renda, contrariando os princípios da justiça tributária (art. 145, §3º, CF/88) e da redução das desigualdades regionais e sociais (art. 170, VII, CF/88), além do comando constitucional de que a legislação tributária deve buscar atenuar efeitos regressivos (art. 145, §4º, CF/88).

Nos parece ser mais prudente prever outra forma de atualização das alíquotas específicas, evitando impacto artificial nos preços, possíveis consequências nocivas à inflação e ressaltando perdas arrecadatórias na hipótese do aumento real do preço ser maior que o índice indexado. Que as ideias correspondam aos fatos, pois o tempo não pára.

DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB

Dia 14 de junho – Dia Mundial do Doador de Sangue

Doação de sangue é o processo pelo qual um doador tem seu sangue coletado para armazenamento em um banco de sangue ou hemocentro para um uso subsequente em uma transfusão de sangue. No mundo desenvolvido, a maioria dos doadores de sangue são voluntários não remunerados que doam sangue para um suprimento comunitário. Em alguns países, os suprimentos estabelecidos são limitados e os doadores geralmente doam sangue quando familiares ou amigos precisam de uma transfusão.



Muitos doadores doam por diversos motivos, como uma forma de caridade, conscientização geral sobre a demanda de sangue, aumento da confiança em si mesmo, ajuda a um amigo ou parente pessoal e pressão social. Apesar das muitas razões pelas quais as pessoas doam, poucos doadores em potencial doam ativamente. No entanto, isso é revertido durante os desastres, quando as doações de sangue aumentam, muitas vezes criando um estoque excessivo que terá de ser descartado posteriormente. No entanto, em países que permitem doações pagas, algumas

peças são pagas e, em alguns casos, existem outros incentivos além do dinheiro, como férias pagas do trabalho. As pessoas também podem ter sangue coletado para seu próprio uso futuro (doação autóloga). Doar é relativamente seguro, mas alguns doadores apresentam hematomas onde a agulha é inserida ou podem desmaiar.

Os doadores potenciais são avaliados por qualquer coisa que possa tornar seu sangue inseguro para uso. A triagem inclui testes para doenças que podem ser transmitidas por uma transfusão de sangue, incluindo HIV e hepatite viral. A Organização Mundial de Saúde celebra desde 2005, o Dia Mundial do Doador de Sangue em 14 de junho.

O Dia Mundial do Doador de Sangue é comemorado anualmente em 14 de junho. O Dia Mundial do Doador de Sangue, celebrado em 14 de junho de 2024, marca uma ocasião importante para refletir sobre conquistas, enfrentar desafios e vislumbrar um futuro onde haja acesso universal a transfusões de sangue seguras.

O objetivo desta data é homenagear a todos os doadores de sangue e conscientizar os não-doadores sobre a importância deste ato, que é responsável pela salvação de milhares de vidas.

A data foi criada por iniciativa da Organização Mundial da Saúde (OMS), e o dia escolhido é uma homenagem ao nascimento de Karl Landsteiner (14 de junho de 1868 - 26 de junho de 1943), um imunologista austríaco que descobriu o fator Rh e várias diferenças entre os diversos tipos sanguíneos.



CLIPPING

DATA
14.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
27 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Quem pode doar sangue?

Para doar sangue, a pessoa deve estar enquadrada dentro de algumas características específicas, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS):

Homem ou mulher entre 16 e 68 anos;

Ter acima de 50 quilos;

Não ter Hepatite B, Hepatite C, Doença de Chagas, Sífilis, AIDS (HIV), HTLV;

Estar bem alimentado e descansado;

As parturientes devem esperar entre 90 e 180 dias após o parto;

Se estiver gripado, esperar no mínimo 7 dias após a recuperação para poder doar;

Após uma doação, as mulheres devem esperar 90 dias para fazê-lo novamente; enquanto os homens devem esperar 60 dias.